

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 14 de abril de 2010.

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

**PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembléia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2010, às 09:00 horas, na sede social, na Rodovia Augusto Montenegro, Km. 8,5, s/nº - Belém - PA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2009;
- b) Aprovação da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2009;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração;
- d) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2010.

Nos termos das Instruções CVM nº 165/91, 282/98 e 481/09, informa-se que os acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Companhia, em sua sede social, bem como através das páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembleia munido dos documentos hábeis de sua identidade e/ou representatividade, bem como de comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou em custódia. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

<b>Nº</b>	<b>Informação e/ou Documento</b>	<b>Página</b>
1.	Comentários dos Administradores	3
2.	Destinação dos Resultados	48
3.	Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal	58
4.	Remuneração dos Administradores e Conselheiros	74

## **1. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,  
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“CELPA ou Companhia”), com sede na cidade do Belém.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias. No entanto, como nossas concessões rodoviárias e negócios de logística atendem a atividade de importação e exportação, também somos afetados pelo comércio internacional e condições econômicas globais.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,7% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa

básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,5% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Pará, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Pará aumentou em média 4,4% ao ano, no período de 2007 a 2009, Em nossa área de concessão teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 1,3% no mesmo período. Além disso, a Companhia acredita que esse estado possui um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$49,6 bilhões, dos quais R\$14,2 bilhões, R\$12,4 bilhões, R\$7,0 bilhões e R\$16,0 bilhões, respectivamente, serão destinados aos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, até 2010, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 98,8% no

fornecimento de energia elétrica; (ii) 0,4% suprimento de energia elétrica; e (iii) 0,8% outras receitas.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O capital, totalmente integralizado, é de R\$ 518.932.104,09 (quinhentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e quatro reais e nove centavos) representado por 63.850.934 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, novecentas e trinta e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 59.397.496 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe “A”; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe “C”.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral e observadas as disposições legais e as do Estatuto:

- a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis

- ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembléia;
  - c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembléia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembléia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extrato da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do

ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

- **Hipóteses de Resgate**
- **Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

#### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de curto e medio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2007	2008	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures	613,0	1.052,3	1.160,0
Total de Disponibilidade(1)	174,7	106,2	195,4
Dívida Líquida(2)	438,3	946,1	964,6

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES e a Eletrobras, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 1.052,3 milhões em 2008 para R\$ 1.160,0 milhões em 2009, representando um aumento de 10,2% (R\$ 107,7 milhões). Considerando-se a dívida menos as disponibilidades (dívida líquida), o saldo passou de R\$ 946,1 milhões em 2008 para R\$ 964,6 milhões em 2009, representando um aumento de apenas 2,0% (R\$ 18,5 milhões) em função de um maior desembolso de financiamento do programa Luz para Todos.

O endividamento em moeda nacional representa 74,7% (ou R\$ 866,1 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representam 25,3% (R\$ 294,3 milhões). Vale acrescentar que, do total da dívida em moeda estrangeira, 82,9% (R\$ 243,9 milhões) estão protegidos contra as oscilações da variação cambial por meio de swap.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2007	2008	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	8,3	94,0	76,5
Moeda Nacional	91,9	274,9	348,2
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	275,0	388,0	217,4
Moeda Nacional	237,7	295,4	517,9
<b>Total Geral</b>	<b>612,9</b>	<b>1.052,3</b>	<b>1.160,0</b>

### ***Financiamentos Relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras***

Ao longo de 2007, 2008 e 2009, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

**BNDES:** em novembro de 2009, a CELPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias”

da Companhia. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, subtransmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. A primeira tranche do contrato, no valor de R\$ 100 milhões, foi liberada em dezembro de 2009. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Eletrobrás:** recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a.. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Eletrobrás:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do empréstimo será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela em setembro/2006 e a última parcela em agosto/2016, com encargos de 6% a.a. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Tesouro nacional:** Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril de 2024. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Arrendamento mercantil:** contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas que variam de 1,21% a 4,28% a.a. acrescidas de CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em outubro/2011. Em moeda estrangeira, contrato junto ao Banco GE, com taxa Libor trimestral mais 2,25% a.a., amortização trimestral e vencimento da última parcela em janeiro/2010. A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/12/09 é de R\$ 4,8 milhões e seu

valor corresponde ao valor presente nesta data. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Capital de giro:** operações com encargos atrelados ao CDI, IPCA e TR acrescidos de juros que variam de 1,21% a 12,80% a.a., com amortização mensal, e vencimento da última parcela em novembro/2014 e para moeda estrangeira taxas de juros de 6,38% a.a mais variação do IENE com amortização mensal, e vencimento da última parcela ocorrendo em fevereiro/2010.

**Empréstimo Unit Note:** em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50 milhões relativos a "Unit Note", com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,065% a.a., essa taxa contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº. 556/08. Durante o exercício de 2009, foram amortizados R\$ 183 mil referente a custos de transação. Os custos de transação a serem amortizados são R\$ 232 mil (2010), R\$ 169 mil (2011), R\$ 20 mil (2012). O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos em reais. Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31,9 milhões, correspondentes a R\$ 61.2 milhões. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

**Empréstimo - BID:** em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75 milhões provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan", ou parte "A"); e US\$ 60 milhões de um sindicato de bancos (club deal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência

ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida da taxa de 3,875% a.a. e a parte B de Libor acrescida da taxa de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial (Swap) a taxas que variam entre 4,56% e 4,92% a.a acrescidos de IGPM. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

### **iii. Grau de Subordinação entre as dívidas**

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1.160,0 milhões, assim segmentados: (i) R\$172,8 milhões ou 14,9% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$236,6 milhões ou 20,4% estavam garantidos por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e QMRA Participações S.A.; (iii) R\$294,6 milhões ou 25,4% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. (“Rede”) e QMRA Participações S.A. (“QMRA”); e (iv) R\$ 455,9 milhões ou 39,3% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações. Destacam-se:

## BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da Companhia, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. Cada empréstimo do BID é garantido pela Rede Energia e exige que os Acionistas Controladores da Companhia, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à Companhia e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos no respectivo contrato de concessão permanecerá válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA<sup>1</sup> (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede e a QMRA concordaram em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia e da QMRA, de titularidade da Companhia, que poderiam causar a perda de posição, diretamente ou indiretamente por meio da QMRA, de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

---

<sup>1</sup> O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

## **BNDES**

Manter os seguintes índices financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual:

<b>Indicador</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 em diante</b>
<b>Dívida Líquida / LAJIDA</b>	4,0	4,0	3,0	3,0	2,5
<b>Dívida Líquida / (Dívida Líq.+PL)</b>	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Companhia e reforço de capital de giro.

### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em novembro de 2009, a CELPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias” da CELPA. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, subtransmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. A primeira tranche do contrato, no valor de R\$ 100 milhões, foi liberada em dezembro de 2009. Deste modo, a Companhia possui o limite de R\$ 349,3 milhões para ser desembolsado.

### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## **Resultados Operacionais**

**Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008**

### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 11,7%, passando de R\$1.897,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$2.120,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica equivalente a 1,1% e da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$744,3 milhões e, portanto, 27,3% acima do verificado em 31 de dezembro de 2008. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: compra de energia “nova”, por meio de leilão, a custos maiores que os praticados em 2008, e aquisição de uma quantidade maior de energia (em MWh) para atendimento do crescimento da demanda.

### *Custo da Operação*

O custo da operação atingiu R\$285,6 milhões em 2009, representando uma redução de 30,4% em relação aos R\$410,3 milhões de 2008. As rubricas que exerceram maior influência sobre essa redução foram: 1. Material, que reduziu de R\$11,4 milhões em 2008 para R\$8,5 milhões em 2009; 2. Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica, que reduziram de R\$206,8 milhões em 2008 para R\$193,5 milhões em 2009; e 3. Subvenção CCC (receita), que aumentou de R\$207,6 milhões em 2008 para R\$245,5 milhões em 2009.

### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais aumentaram 25,4%, passando de R\$160,3 milhões em 2008 para R\$201,0 milhões em 2009. O item que mais influenciou

esse aumento foi a rubrica despesas gerais e administrativa: em 2009 essas despesas totalizaram R\$106,7 milhões e em 2008 totalizaram R\$81,2 milhões.

### *EBITDA*

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação das demonstrações de fluxos de caixa, passou de R\$214,5 milhões em 2008 para R\$295,2 milhões em 2009, representando um aumento de 37,6%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e redução do custo da operação.

### *Resultado Líquido*

O resultado líquido do exercício passou de um prejuízo de R\$3,9 milhões em 2008 para um lucro de R\$121,7 milhões em 2009, influenciado pela melhora do resultado operacional e resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$103,8 milhões em 2008 para uma despesa de R\$79,0 milhões em 2009 e pelo efeito do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido – CSLL que passaram de uma despesa de R\$7,7 milhões em 2008 para uma receita de R\$34,6 milhões em 2009, resultante da constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e realização da reserva de reavaliação.

## **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008<sup>2</sup> comparados com do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007**

### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 8,1%, passando de R\$1.755,2 milhões em 2007 para R\$1.897,4 milhões em 2008. Esse aumento

---

<sup>2</sup> Para efeito de comparação com 2007, foram utilizados os resultados reclassificados de 2008, conforme balanço patrimonial de 2009.

foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em que a Companhia atua em 7,8%, e da variação de 2,0% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

#### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$584,8 milhões e, portanto, 18,4% acima do verificado em 2007. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: compra de energia, por meio de leilão, a custos maiores que os anteriormente praticados por meio do contrato inicial; amortização e deferimento dos custos de variação da Parcela A (CVA Energia Comprada); aquisição de uma quantidade maior de energia para atendimento do crescimento da demanda. Vale acrescentar que esses custos compõem a chamada Parcela A, categoria de custos não gerenciáveis e, portanto, integralmente repassados para a tarifa de fornecimento.

#### *Custo da Operação*

O custo de operação atingiu R\$410,3 milhões em 2008, superando em 49,6% os R\$274,3 milhões de 2007. A rubrica que exerceu maior influência sobre esse incremento foi na despesas com pessoal, devido à contabilização de uma indenização trabalhista paga via acordo judicial em ação trabalhista que discutia cumprimento de Planos de Classificação de Cargos e Salários – PCCS (“PCCS”), no valor de R\$75 milhões (esclarecido no item “Indenização Trabalhista”). Esse incremento ainda foi influenciado pela intensificação dos serviços de inspeções comerciais (vistorias e fiscalizações), que visaram à contenção das perdas; aquisição de combustível para geração de energia elétrica, não coberta pela Conta de Consumo de Combustível (CCC); aumento da estrutura operacional para atendimento ao "Programa Luz para Todos"; e atendimento à norma NR-10 do Ministério do Trabalho, que obriga que os trabalhos dos eletricitistas sejam realizados sempre em duplas.

## *EBITDA*

O EBITDA da Companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, passou de R\$287,2 milhões, em 2007, para R\$214,5 milhões, em 2008, representando uma redução de 25,3%, principalmente devido ao aumento dos custos da operação.

## *Resultado Líquido*

O resultado líquido do exercício passou de um lucro de R\$ 114,2 milhões em 2007, para um prejuízo de R\$3,9 milhões, em 2008, influenciado pelo resultado operacional, e pela variação do resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$63,4 milhões, em 2007, para uma despesa de R\$103,8 milhões, em 2008, principalmente devido à variação monetária líquida, que passou de uma receita de R\$10,5 milhões (receita de variação monetária menos a despesa de variação monetária) em 2007 para uma despesa de R\$106,2 milhões em 2008, em razão do impacto da desvalorização cambial. A crise financeira internacional, com reflexos no Brasil, foi outro importante fator a influenciar o aumento das despesas financeiras da Companhia. A partir de então, os bancos passaram a limitar suas linhas de crédito e, as poucas disponíveis, foram oferecidas com elevado *spread*.

## **Principais Alterações nas Contas Patrimoniais**

**Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2008**

### ***Ativo Circulante***

*Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2009, o numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$195,4 milhões, comparados a R\$106,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$89,2 milhões, ou 83,9%, ocorreu, principalmente, em decorrência do recebimento dos fundos para investimento no “Programa Luz para Todos” e do desembolso do BNDES que ocorreu dezembro.

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$541,9 milhões, comparados com R\$450,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$90,3 milhões, ou 20,0%, ocorreu principalmente, em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

#### *Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$49,4 milhões, comparados com R\$44,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$5,3 milhões, ou 12,1%, principalmente em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

#### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$83,1 milhões, comparado a R\$40,2 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$42,9 milhões, ou 106,8%, ocorreu em decorrência da antecipação referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL no exercício de 2009, que ainda não foram compensados, e do pedido de revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, PAEX, pleiteando a exclusão de débitos consolidados em duplicidades.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, a conta CCC da Companhia era de R\$72,5 milhões e R\$3,1 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$69,4 milhões, ou 2.247,8%, ocorreu em decorrência de um descasamento entre o desembolso dos gastos com o reembolso por parte da Eletrobrás.

### **Ativo Realizável a Longo Prazo**

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$32,9 milhões, comparados aos R\$27,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$5,8 milhões, ou 21,6%, ocorreu em virtude de uma melhor negociação juntos aos clientes inadimplentes.

#### **Empresas Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2009, o realizável a longo prazo da Companhia contabilizava R\$622,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$589,8 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$32,5 milhões, ou 5,5%, ocorreu pela apropriação de juros no exercício.

#### **Créditos Tributários Diferidos**

Em 31 de dezembro de 2009, os créditos tributários diferidos da Companhia totalizaram R\$37,4 milhões, comparados aos R\$138,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$100,6 milhões, ou 72,9%, é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

### **Imobilizado – Líquido**

O imobilizado líquido da Companhia atingiu R\$1.657,2 milhões, em 31 de dezembro de 2009, representando uma diminuição de 17,1%, em relação aos R\$1.999,0 milhões, apresentados em 31 de dezembro de 2008. Essa redução, de R\$341,8 milhões, decorreu de recursos para o “Programa Luz para Todos” que são repassados à Companhia a fundo perdido, como também, pelo deferimento de subrogação da CCC, visando à interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional.

### ***Passivo Circulante***

#### **Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$219,4 milhões, comparados aos R\$106,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$113,4 milhões, ou 107,0%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

#### **Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos**

Os tributos da Companhia, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$178,3 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$32,1 milhões em relação aos R\$146,1 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento, de 22,0%, ocorreu principalmente devido ao aumento dos impostos correntes em razão do aumento da receita.

### **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizaram R\$424,7 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$55,7 milhões em comparação aos R\$367,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 15,1%, ocorreu por dois fatores: (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, e (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo.

### **Indenização Trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizavam R\$76,6 milhões, comparado a R\$89,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal redução, de R\$13,0 milhões, ou 12,9%, ocorreu devido às amortizações realizadas e pela marcação a mercado nesse exercício.

### **Passivo Exigível a Longo Prazo**

#### **Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos**

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$315,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$107,4 milhões, em relação aos R\$422,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 25,4%, é decorrente de dois fatores: (i) a redução de encargos financeiros instituído pela Lei 11.941/09, e (ii) a amortização de encargos por compensações de multas e juros em virtude do parcelamento de tributos instituído pela referida lei.

### **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo da Companhia totalizaram R\$735,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$52,0 milhões em comparação aos R\$683,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 7,6%, refletiu principalmente a captação junto ao BNDES para investimentos.

### **Empresas Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2009, o exigível a longo prazo da Companhia totalizou R\$94,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$92,1 milhões, ou 4.194,1%, decorreu da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante a CEMAT, ENERSUL e VALE PARANAPANEMA.

### **Indenização Trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$157,3 milhões, comparados aos R\$208,7 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$51,4 milhões, ou 24,6%, ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento e pela marcação a mercado nesse exercício.

### **Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação**

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da Companhia totalizaram R\$188,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de R\$38,9 milhões, em relação aos R\$227,6

milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 17,1%, é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

#### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido foi de R\$1.157,7 milhões, comparados aos R\$1.066,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$91,0 milhões, ou 8,5%, foi devido ao aumento na reserva de lucro em função do lucro no exercício.

#### *Reserva de Reavaliação*

Em 31 de dezembro de 2009, a reserva de avaliação da Companhia totalizou R\$425,2 milhões, comparados aos R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de R\$30,8 milhões, ou 6,8%, é devida à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação societária brasileira.

### **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007**

#### ***Ativo Circulante***

#### *Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2008, o numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$106,2 milhões comparados a R\$174,7 milhões, em 31 de dezembro de 2007. Essa redução, de R\$68,5 milhões, ou 39,2%, ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento das despesas com atividades operacionais e a elevação das despesas com atividades de financiamento em função da crise econômica mundial.

### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta consumidores e revendedores era de R\$450,6 milhões comparados com R\$340,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento, de R\$110,6 milhões, ou 32,5%, ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento de novas ligações em função do “Programa Luz para Todos” e em virtude da crise econômica mundial.

### *Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da PCLD era de R\$44,1 milhões comparados com R\$37,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento, de R\$6,8 milhões, ou 18,2%, ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento de novas ligações de clientes em função do “Programa Luz para Todos” e em virtude da crise econômica mundial.

### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$40,2 milhões, comparado a R\$34,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$5,8 milhões, ou 16,8%, é substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e ICMS a compensar sobre aquisição de bens.

### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

*Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, a conta CCC da Companhia era de R\$3,1 milhões e R\$58,7 milhões, respectivamente. Essa redução, de R\$55,6 milhões, ou 94,7%, ocorreu em virtude da assiduidade da Eletrobrás no processamento dos reembolsos.*

## Ativo Realizável a Longo Prazo

### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta consumidores era de R\$27,0 milhões, comparados aos R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R\$2,0 milhões, ou 7,9%, devido a uma melhor negociação juntos aos clientes.

### **Empresas Relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2008, o realizável em longo prazo da Companhia contabilizava R\$539,5 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$589,8 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento, de R\$50,3 milhões, ou 9,3% ocorreu em decorrência da apropriação de juros no exercício de carência dos contratos.

### **Créditos Tributários Diferidos**

Em 31 de dezembro de 2008, os créditos tributários diferidos da Companhia totalizaram R\$117,2 milhões, comparados aos R\$138,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento, de R\$20,7 milhões, ou 17,7%, é decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas referentes ao parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.638/07

### **Imobilizado – Líquido**

O imobilizado líquido totalizou R\$1.999,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$169,2 milhões, correspondente a 9,2%, em relação aos R\$1.829,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Este aumento aconteceu em decorrência da constante expansão e manutenção

que a Companhia promoveu na sua área de concessão, motivada também pela necessidade de cumprir as metas do programa “Luz Para Todos”.

### ***Passivo Circulante***

#### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta fornecedores era de R\$106,0 milhões, comparados aos R\$147,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando uma redução de R\$41,5 milhões, ou 28,2%, devido à desaceleração dos investimentos em virtude da crise econômica mundial.

### **Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos**

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher da Companhia totalizaram R\$146,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$30,4 milhões, ou 26,3%, em relação aos R\$115,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento é substancialmente decorrente do ICMS (acompanhando o aumento da receita).

### **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizaram R\$100,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, um acréscimo de R\$268,7 milhões, ou 268,1%, em comparação aos R\$369,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento, de 268,1% ocorreu por três fatores: (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo, e (iii) a crise econômica mundial que dificultou a captação de longo prazo.

### **Indenização Trabalhista**

Em 18 de dezembro de 2008, foi homologado o acordo entre a CELPA e o Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura de Plano de Classificação de Cargos e Salários (“PCCS”). O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$75 milhões, sujeito à atualização anual pela variação acumulada no INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

Em 31 de dezembro de 2008, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes ao acordo em ações judiciais trabalhistas que discutiam valores devidos em decorrência do Plano Bresser e do PCCS totalizavam R\$89,6 milhões, comparados aos R\$48,9 milhões, em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento, de R\$40,7 milhões, ou 83,2%, ocorreu devido às transferências de parcelas do longo para o curto prazo já deduzido das amortizações realizadas durante o exercício.

### ***Passivo Exigível a Longo Prazo***

#### **Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos**

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$422,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve uma redução de R\$51,6 milhões, ou 10,9%, em relação aos R\$474,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorreu principalmente da transferência de parcelas para o curto prazo do parcelamento de tributos – PAEX, instituído pela Lei 11.941/09.

### **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo da Companhia totalizaram R\$683,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve um crescimento de R\$170,6 milhões, ou 33,3%, comparados aos R\$512,7 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse crescimento deve-se a dois fatores: (i) um aumento do financiamento do programa “Luz Para Todos”; e (ii) variação cambial.

### **Indenização Trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2008, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes ao acordo judicial nas ações trabalhistas do Plano Bresser e do PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$208,7 milhões, comparados aos R\$261,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução de R\$52,4 milhões, ou 20,1%, ocorreu devido à transferência para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses e pela marcação a mercado no exercício.

### **Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação**

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$227,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando uma queda de R\$17,6 milhões, ou 7,2%, em relação aos R\$245,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução decorreu da realização da reserva de reavaliação e da diminuição dos encargos sobre a mesma.

### ***Patrimônio Líquido***

Em 31 de dezembro de 2008, o patrimônio líquido foi de R\$1.066,7 milhões, comparados aos R\$1.111,5 milhões de 31 de dezembro de 2007. Essa redução, de R\$44,8 milhões, ou 4,0%, ocorreu devido à apropriação do resultado do exercício e dividendos do exercício.

### *Reserva de Reavaliação*

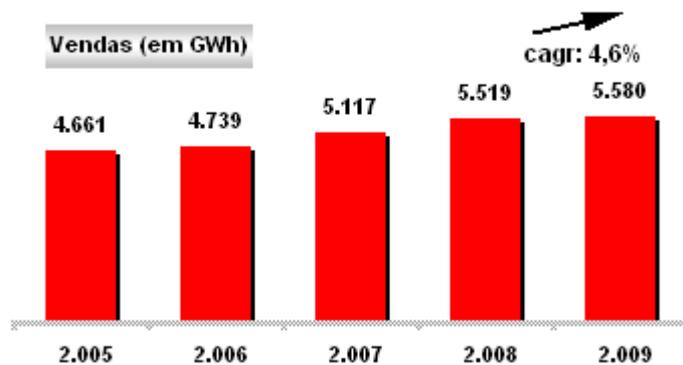
Em 31 de dezembro de 2008, a reserva de avaliação da Companhia totalizou R\$456,0 milhões, comparados aos R\$490,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de R\$34,1 milhões, ou 7,0%, decorreu da realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

## **10.2 Os diretores devem comentar:**

### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O fornecimento de Energia Elétrica em 2009 cresceu 1,1% em relação ao exercício anterior, passando de 5.519 GWh em 2008 para 5.580 GWh em 2009. A classe residencial, responsável por 38,5% do consumo total, apresentou uma evolução de 2,0%. Já a classe comercial, a segunda mais representativa com participação de 22,0% do consumo total, registrou um crescimento de 2,7% GWh. A classe industrial, a terceira maior classe em representatividade, com uma participação de 20,9% do consumo total, apresentou uma queda de 2,7%. Esse desempenho foi reflexo da crise financeira mundial, iniciada no último trimestre de 2008, que impactou consideravelmente as atividades industriais do Estado, em especial, os ramos de extração e tratamento de minerais, metalurgia e madeira. O ramo da metalurgia, o mais afetado, sofreu retração no consumo médio mensal de 19.800 MWh/mês em 2008 para 10.800/mês em 2009, representando uma redução de 45%.



## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais, parte significativa das oscilações nos itens mencionados na sessão 10.2.a.ii afetará adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a demonstração de resultados da Companhia. Este efeito decorre do mecanismo de constituição de contas patrimoniais ativas e passivas de CVA, onde diferenças positivas ou negativas entre as tarifas cobradas e os

custos incorridos pela Companhia são controladas para repasse às tarifas no cobradas dos consumidores, no ciclo tarifário seguinte aquele em que ocorreram as variações.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

**c) Eventos ou operações não usuais.**

Não aplicável.

**10.4 Os diretores devem comentar:**

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedades por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangível foram submetidos a teste de “*impairment*”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- Os contratos de arrendamento mercantil, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº. 554/2008;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva da operação, conforme Deliberação nº. 556/2008;

- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM nº. 564/2008, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” e “Indenização Trabalhista – Plano Bresser”;
- A Companhia possui diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de SWAP, pelo valor justo por meio do resultado, conforme Deliberação CVM nº. 566/2008;
- A Companhia não procedeu, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme facultado na Deliberação CVM nº 565/2008.

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

	<u>Patrimônio Líquido Dez/07</u>	<u>Resultado 2008</u>
<b>Saldo anteriores aos ajustes da Lei nº. 11.638/2007 e MP nº. 449/2008</b>	<b>1.111.521</b>	<b>40.399</b>
Registro dos contratos de arrendamento mercantis	(1.650)	(68)
Ajustes a valor presente de ativos e passivos de longo prazo	30.585	(10.439)
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	(10.533)	8.071
Ajustes nas reclassificações dos custos de transações pela TEJ	42	(11)
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei nº. 11.638/2007 e MP nº. 449/2008	(6.832)	809
<b>Saldo após os ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08</b>	<b>1.123.133</b>	<b>38.761</b>

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis

**Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:**

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

**Deliberação CVM nº 577/09 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23):** A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da Companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

**Deliberação CVM nº 611/09 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12):** A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

O parecer do auditor não contém ressalvas, apenas uma ênfase que reproduzimos a seguir:

*Conforme detalhado na nota explicativa nº 39, a Companhia, por entender que informações relevantes não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, interpôs recurso contra o resultado apresentado pela Aneel na Resolução Homologatória nº 849 de 21 de julho de 2009. Portanto, é entendimento dos Especialistas e Assessores Jurídicos da Companhia que o componente financeiro apresentado (passivo regulatório) na Nota Técnica nº 269 de 3 de agosto de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 857, de 4 de agosto de 2009, como ajuste financeiro oriundo da segunda Revisão Tarifária Periódica deve ser anulado e, como consequência, não foi registrado como passivo regulatório o montante de R\$ 17.351 mil nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2009.*

A Administração da Companhia considera boas as chances de êxito do citado recurso administrativo e avaliará o ajuizamento de ação judicial caso o julgamento deles pela ANEEL não sejam satisfatório.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos

subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia revisa tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para passivos contingentes;
- Plano de suplementação de aposentadoria e pensão;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Redução do Valor Recuperável dos Ativos;
- Derivativos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerando suficiente pela administração da Companhia. A Centrais Elétricas do Pará S.A., possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo

desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese da empresa ser vencida nas ações.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia optou pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Redução do Valor Recuperável dos Ativos: Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.

Derivativos: A Companhia firma contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos

contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza.

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares,

não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco às atividades da Companhia.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

Não aplicável.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**

Não aplicável.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não aplicável.

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

<b>R\$ mil</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Programa Luz Para Todos / Universalização	281,6	425,2	183,9
FNDCT / EPE / PEE / P&D	11,1	12,3	13,7
Interligação da Ilha de Marajó	-	-	60,4
Redução de Perdas	127,7	117,8	23,2
Manutenção e melhorias do sistema	25,2	24,2	83,6
<b>Total</b>	<b>445,6</b>	<b>579,6</b>	<b>364,8</b>

## 2009

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2009, a Companhia investiu R\$ 183,9 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 13,7 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Interligação da Ilha do Marajó: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da

rede elétrica de Tucuruí até o Marajó. Em 2009, a Companhia investiu R\$ 60,4 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2009 foram investidos R\$ 23,2 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema: são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 83,6 milhões em 2009.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

### **Eletrobrás**

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a

propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Participação Por Entidade - %	CELPA
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	65%
RGR – Eletrobrás	10%
Participação Estado – Fundo perdido	10%

### BNDES

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias” da Companhia. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, sub-transmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. O contrato foi dividido em três subcréditos, com taxas de juros e prazos de amortização distintos: as taxas variam entre TJLP + 3,57% e TJLP + 4,50% e os prazos de amortização entre 72 e 96 parcelas a partir de janeiro de 2012. A primeira tranche do contrato, no valor de R\$ 100 milhões, foi liberada em 29 de dezembro de 2009.

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável.

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 12,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e
7. Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$121.707 (Cento e vinte e um milhões, setecentos e sete mil).

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração consiste na distribuição de R\$ 18.778 aos acionistas da sociedade a título de dividendos, da seguinte forma:

- a) R\$ 0,277551634 por ação ordinária;
- b) R\$ 0,487634626 por ação preferencial classe “A”;
- c) R\$ 0,812724372 por ação preferencial classe “B”, e
- d) R\$ 0,294089198 por ação preferencial classe “C”.

Os dividendos serão pagos aos acionistas, se aprovados, na forma e época determinadas pela Diretoria, até 31 de dezembro de 2010.

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração é de distribuir R\$ 18.778 a título de dividendo mínimo obrigatório, que equivale a 25% do lucro líquido após ajustes e reserva legal, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Os dividendos foram provisionados em dezembro de 2008, na conta de Reservas Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos.

Na AGO de 30 de abril de 2009 foi aprovado a distribuição do montante de R\$ 11.965 a título de dividendos, e pagos no exercício de 2009, da seguinte forma:

- a) R\$ 0,163867617 por ação ordinária;
- b) R\$ 0,487634621 por ação preferencial classe “A”;
- c) R\$ 0,812724372 por ação preferencial classe “B”, e
- d) R\$ 0,243817318 por ação preferencial classe “C”.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A proposta da Administração consiste na distribuição de R\$ 18.778 aos acionistas da sociedade a título de dividendos, da seguinte forma:

- e) R\$ 0,277551634 por ação ordinária;
- f) R\$ 0,487634626 por ação preferencial classe “A”;
- g) R\$ 0,812724372 por ação preferencial classe “B”, e
- h) R\$ 0,294089198 por ação preferencial classe “C”.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos aos acionistas, se aprovados em Assembléia Geral Ordinária, na forma e época determinadas pela Diretoria, até 31 de dezembro de 2010.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos os acionistas da Companhia inscritos na data da realização da Assembléia Geral Ordinária, ou seja, 29/04/2010.

- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	<u>2.006</u>	<u>2.007</u>	<u>2.008</u>	<u>2.009</u>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo):</b>	79.359	114.217	(3.875)	121.707
<b>Quantidade de Ações:</b>	63.850.934	63.850.934	63.850.934	63.850.934
<b>Lucro Líquido por ação:</b>	1,24	1,79	(0,06)	1,91

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

**DIVIDENDOS**

	Número de ações	2008 - AGO 30/04/2009		2007 - AGO-07/04/2008		2007 - AGO 7/4/2008	
		Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL	Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL	Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,163868000	9.733	3,852821000	228.848	0,776982160	46.151
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,487635000	1.057	3,849417000	8.341	0,776982160	1.684
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,812724000	882	3,663152000	3.976	0,776982160	843
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,243817000	293	3,849417000	4.624	0,776982160	933
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>11.965</b>		<b>245.789</b>		<b>49.611</b>

2006 - AGO 26/04/2007			
	Número de ações	Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,090169000	5.356
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,157763000	342
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,262938000	285
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,095500000	114
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>6.097</b>

**JURO S/CAPITAL PRÓPRIO**

	Número de ações	2007 - AGO 07/04/2008		2007 - AGO 07/04/2008		2006 - AGO 26/04/2007	
		Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL	Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL	Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,214965000	12.768	0,408090000	24.240	0,221808000	13.175
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,487634000	1.057	0,138824000	300	0,388085000	841
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,812724000	882	0,000000000	0	0,646807000	702
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,243817000	293	0,382641000	460	0,234923000	282
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>15.000</b>		<b>25.000</b>		<b>15.000</b>

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O Lucro Líquido no exercício de R\$ 121.707 após ajustes retrospectivos no montante de R\$ 42.642, passou a totalizar R\$ 79.065, constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base ajustada, resultando em R\$ 3.953.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe “A” – 6%

Ações preferenciais classe “B” – 10%

Ações preferenciais classe “C” – 3%

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Vide resposta completa no item e. abaixo.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A proposta da administração para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, ainda a ser objeto de deliberação em Assembléia Geral Ordinária, é conforme segue:

**DIVIDENDOS**

	Número de ações	Propostos - 2009	
		Valor por ação R\$	Totais R\$ MIL
Ações ordinárias	59.397.496	0,277551634	16.486
Ações preferenciais "A"	2.166.816	0,487634626	1.057
Ações preferenciais "B"	1.085.373	0,812724372	882
Ações preferenciais "C"	1.201.249	0,294089198	353
<b>Total</b>	<b>63.850.934</b>		<b>18.778</b>

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 35 do estatuto social da companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos propostos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Lucro líquido no exercício	121.707
Ajuste retrospectivo	-42.642
Lucro líquido no exercício ajustado	79.065
Reserva legal (5%)	-3.953
Base de cálculo para dividendos mínimos	75.112
Percentual sobre o lucro	25%
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>18.778</b>

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O crédito contábil dos dividendos foi efetuado em 31/12/2009 e o pagamento será definido em data através da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 34 alínea f que, o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a retenção, a título de reserva de investimentos, o montante de R\$ 129.771.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante levado à reserva de investimentos refere-se à parte do lucro líquido, e da realização da reserva de reavaliação do exercício de 2009, após deduzidos a reserva legal e os valores propostos de dividendos, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido no exercício	121.707
Realização da reserva de reavaliação	30.795
Reserva legal (5%)	(3.953)
Dividendo propostos	(18.778)
<b>Reserva de investimentos</b>	<b><u>129.771</u></b>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**3. ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES  
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU  
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução  
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010  
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012**

**Item 12.6. – Tabela**

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Frederico Arthur M. Tavares de Lima	60	Engenheiro Elétrico	065.120.464-04	Conselheiro Administrativo	Eletrobrás	N/A
Sebastião Bimbati	76	Economista	008.653.388-68	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Octávio Tavares de Oliva Filho	50	Engenheiro Agrônomo	057.619.868-41	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
José Alberto Alves Cunha	55	Engenheiro	827.704.178-00	Conselheiro Administrativo	Sim	Diretor Vice-Presidente de Operações
Carmem Campos Pereira	41	Administradora de empresas	111.333.448-79	Conselheira Administrativa	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores
Alberto José Rodrigues Alves	66	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Daniel Machado	44	Administrador de empresas	068.057.588-07	Conselheiro Administrativo	Representante Empregados	N/A
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	54	Administrador de empresas	403.296.827-68	Conselheiro Administrativo	Eletrobrás	N/A

(\*) N/A – Não aplicável

**CONSELHO FISCAL**  
**DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010**  
**PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2011**

**Item 12.6. – Tabela**

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	80	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	55	Engenheiro	642.752.998-68	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Renato Soares Sacramento	58	Engenheiro Eletricista	186.131.796-49	Conselheiro Efetivo	Eletrobrás	N/A
Pedro Paulo da Cunha	47	Contador	813.693.957-87	Conselheiro Efetivo	Eletrobrás	N/A
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador de Empresas	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	67	Engenheiro	010.320.708-20	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A
Marcos Simas Parentoni	54	Engenheiro Eletricista	540.884.887-68	Suplente	Eletrobrás	N/A
Sônia Regina Jung	59	Advogada	233.339.799-34	Suplente	Eletrobrás	N/A

(\*) N/A – Não aplicável

**12.7.** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

**Resposta:** A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

**Item 12.8. (a) (i) e (ii). CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR**

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Juruena Energia S.A., Rede Comercializadora de Energia

S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A., Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.  
Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

**FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA**

Data de nascimento: 21 de março de 1950

Formado em Engenharia Elétrica, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Recife/PE – (1970 a 1974).

Pós - Graduação (em nível de mestrado) em engenharia de Sistemas Elétricos de Potência – (CESE), pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI – Itajubá/MG.

Pós – Graduação em Finanças Empresariais – (MBA), pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/UNICAP – Recife/PE (março de 2000 a fevereiro de 2001)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Engenheiro da Cia Energética de Pernambuco – CELPE, desde 1974, tendo desempenhado as funções em todos os níveis hierárquicos da Empresa, inclusive a de Diretor Executivo em duas gestões distintas. Coordenador do Subcomitê de Estudos Elétricos – SCEE, do Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste – CCON – (janeiro de 1982 a janeiro de 1984). Vice – Presidente do Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste – CCON – (dezembro de 1992 a dezembro de 1993). Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE – (março de 1991 á janeiro de 1995).Consultor Econômico – Financeiro de Empresas da Iniciativa Privada, no Setor Varejista de Comercialização de Alimentos e no Setor Sucro Alcooleiro – (1995 e 1996).Diretor de Entidades do Governo Municipal da Prefeitura da Cidade do Recife–(1997 e 1998).Diretor de Gestão Executiva da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE – (janeiro de 1999 a abril de 2000).Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia – MME – (abril de 2001 a janeiro de 2002).Integrante do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Alagoas – CEAL – Função em Exercício – (desde abril de 2001). Coordenador do Comitê Diretor – CD do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE – Função em Exercício (desde janeiro de 2002). Secretário Executivo do

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE – Função em Exercício – (desde janeiro de 2002). Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia – MME – Função em Exercício – (desde janeiro de 2002).

Vice – Presidente do Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – Função em Exercício – (desde setembro de 2001).

### **SEBASTIÃO BIMBATI**

Data de Nascimento: 25 de janeiro de 1934

Formado em Economia pela Faculdade Armando Álvares Penteado - SP - 1961

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração de várias empresas desde 1995. Foi Gerente Financeiro e Contábil da Companhia Energética de São Paulo.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Rede Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, Companhia Força e Luz do Oeste, Tangará Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., Couto Magalhães Energia S.A.

### **OCTÁVIO TAVARES DE OLIVA FILHO**

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959

Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista-UNESP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoril Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo; Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000 – Diretor Geral ; Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo; EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente; FIESP – 2002/2004 – Conselheiro ; CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro; ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo

Membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT.

**JOSÉ ALBERTO ALVES CUNHA**

Data de nascimento: 10 de abril de 1955.

Formado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia de Baurú/SP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Superintendente Regional da Empresa Elétrica Bragantina S.A; Gerente Comercial da Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Gerente Distrital da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Diretor Vice-Presidente de Operações da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA  
– mandato até abril/2010.

**CARMEM CAMPOS PEREIRA**

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A, Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A, Juruena Energia S.A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL.

Diretora Vice-Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Elucid Partners S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membro do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

**ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES**

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-Presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A..

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

**DANIEL MACHADO**

Data de Nascimento: 30 de novembro de 1965.

Formado em Direito, pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha – Marília/SP – (1983/87).

Pós - Graduação em Direito Empresarial, pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha Marília/SP (julho de 1988 a Abril de 1989)

Pós - Graduação em Administração Financeira com ênfase em Recursos Humanos, pela Instituição Toledo de Ensino – ITE – Presidente Prudente/SP (outubro de 1996 a dezembro de 1997).

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:** Exerce atividades profissionais desde 1979, tendo atuado em diversos segmentos industriais (alimentício, comércio, mobiliário) ocupando cargos e funções variadas, em empresas de pequeno e médio porte, situadas no interior do Estado de São Paulo.

Atua na área de recursos humanos desde o ano de 1985, sempre ocupando função gerencial. Chefe de Divisão de Administração de Pessoal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (maio de 1990 a fevereiro de 1993) e da empresa Caiuá Serviços de Eletricidade S/A (março de 1993 a Agosto de 1998) , empresas pertencentes ao Grupo REDE, localizadas nos municípios de Assis/SP e Presidente Prudente/SP, respectivamente.

Chefe do Departamento de Recursos Humanos das Centrais Elétricas do Pará S/A, empresa também pertencente ao Grupo Rede, para onde foi transferido no ano de 1998, por ocasião do processo de privatização.

Porta voz e negociador das Centrais Elétricas do Pará S/A, em assuntos relacionados com as entidades sindicais representativas dos empregados.

**Membro do Conselho de Administração** da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA.

### **AFRÂNIO BARREIRA DE ALENCAR MATOS FILHO**

Data de Nascimento: 30 de dezembro de 1955.

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes (conclusão em 07/1981)

Pós Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Getúlio Vargas (08/1994-08/1995)

MBA em Energia Elétrica pelo Instituto de Economia da UFRJ (04 a 10/1999)

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:** Secretário Geral da Presidência a partir de maio/2001. Chefe de Gabinete da Presidência de maio a julho de 2001; Supervisor do Gabinete da Presidência de fevereiro de 2000 a maio de 2001;

Divisão de Desenvolvimento de Pessoal – 1993 a 2000, tendo exercido o cargo de Gerente Adjunto; Área de Cargos e Salários – 1991 a 1993; Divisão de Desenvolvimento de Pessoal – 1978 a 1991; Participação em Conselhos de Administração e Fiscal, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Alagoas – CEAL – período de abril a dezembro/2005; Conselheiro Fiscal da Companhia Energética de Alagoas – CEAL – período abril/2004 a abril/2005; Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR de fevereiro a abril/2004; Conselheiro de Administração da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON – de abril 2002 a abril 2003.  
Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA.

## **CONSELHO FISCAL**

### **– MEMBROS EFETIVOS**

#### **CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA**

Data de Nascimento: 05 de dezembro de 1929

É engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952).

Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal da Rede Energia S.A desde abril de 2006. É também membro do conselho fiscal da CELPA, CEMAT e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco.

#### **OSMAR JOSÉ VICCHIATTI**

Data de Nascimento: 13 de novembro de 1941

É graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2006. É membro do conselho deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da EEB e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas da Rede Energia S.A de 1980 a 2003.

### **KLEBER CIMINI LAGE**

Data de Nascimento: 06 de agosto de 1943

Engenheiro Eletricista, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás - 1968

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Levantamentos de potenciais hidrelétricos no norte do Estado de Goiás, (hoje Tocantins), coordenação, fiscalização e Projetos de redes de distribuição e de linhas de transmissão - Centrais Elétricas de Goiás S/A - 1968/75.- Diretor Técnico e Diretor Geral do Departamento Estadual de Água e Energia Elétrica do Estado de Goiás – 1975/78.- Diretor de Operações da Centrais Elétricas de Goiás S/A – CELG – 1979/83. Assessor da Diretoria de Operações da ELETRONORTE – 1983. Diretor do 8º.Distrito do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE – 1986/91.- Diretor de Planejamento da CELTINS – Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – 1991/95.- Coordenador dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico Lajeado Montante, pela CELTINS. – 1995/98 - Diretor da Investco S/A – 1998/2003; Assessor do Grupo Rede – 2003/2006.

Membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA; Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS

### **RENATO SOARES SACRAMENTO**

Data de Nascimento: 9 agosto de 1951

Engenharia Elétrica – UFMG.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Assistente do Diretor de Engenharia.

Membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará – S.A - CELPA

**PEDRO PAULO DA CUNHA**

Data de Nascimento: 15 de março de 1963

Ciências Contábeis – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

PÓS-GRADUAÇÃO - Contabilidade – FGV/RJ

Especialização para Executivos – FGV/RJ

MBA em Energia Elétrica – UFRJ

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:**

Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás

- Departamento de Planejamento e Orçamento (atual)

Chefe do Departamento

- Departamento de Orçamento (1998/1999)

Chefe de Divisão de Orçamento do Sistema Eletrobrás

- Departamento Financeiro (1996/1998)

Chefe de Divisão de Contas a Receber e Recursos Institucionais

- Departamento de Contratos (1994/1996)

Chefe da Divisão de Contratos Concedidos

- Departamento de Contabilidade (1987/1994)

Contador

- Conselheiro Fiscal das empresas da Cia. De Ger. Térmica de E. Elétrica – CGTEE (2000/2002); Cia Energética do Amazonas – CEAM (2002/2005); Manaus Energia S/A (2003/2005); Fundação Eletrobrás – ELETROS (2004/52005)
- Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA

**– MEMBROS SUPLENTES**

**ANTONIO CARLOS DE PAULA**

Data de Nascimento: 16 de setembro de 1954

Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP

Gerenciamento de empreendimentos objetivando o controle físico e financeiro

Contabilidade e finanças para executivos não financeiros

Análise de Balanço e avaliação financeira

Universidade de Mogi das Cruzes – Mogi/SP

Engenharia elétrica & Operacional em eletrônica

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:** (Atual)–ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES – São Paulo/SP - Gerente de Projetos - Gerenciamento de projetos de telefonia celular, acompanhamento físico financeiro e estratégia de novos negócios e Gerente de Filial de Salvador - Gerenciamento de implantação uma nova rede de telefonia celular para Operador da Banda B

**MEMBRO:** PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI – USA

Gerenciamento de empreendimento.

Membro do Conselho Fiscal (Efetivo) da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA – abril/10

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Rede Energia S.A.

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT

Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A

### **FERNANDO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO**

Data de Nascimento: 08 de Outubro de 1942

Engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá – 1966

Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas – 1972

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:**

Assessor da Diretoria do Grupo Rede – desde 1995;

Membro do Conselho Administração da Itamarati Norte S/A Agropecuária;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA;

Membro do Conselho de Administração da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;

Membro Suplente do Conselho de Administração da Tangará Energia S.A.;

Membro do Conselho Administração da Caiuá Serviços de Eletricidade S/A;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT;

Consultor do Grupo Vicunha e do Banco Safra para assuntos de privatização – 1994/1995;  
Assessor do Secretário na Secretaria de Planejamento e Gestão de São Paulo – 1994/1995;  
Coordenador de Recursos Hídricos da Secretário de Recursos Hídricos Saneamento e Obras São Paulo – 1993/1994;  
Coordenador de Energia da Secretaria de Energia e Saneamento, São Paulo – 1992/1993;  
Diretor de Concessões do Dep. Nacional de Águas e Energia Elétrica -DNAEE – 1991/1992;  
Diretor do Departamento de Energia do Instituto de Engenharia de São Paulo – 1993;  
Consultor do Grupo Rede – 1988-1995;  
Vice-Presidente Executivo da Cia. Nacional de Energia Elétrica – 1985/1988;  
Vice-Presidente Executivo da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A - 1983/1984;  
Diretor Financeiro do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE – 1980/1983;  
Chefe do Departamento de Investimentos da Eletrobrás – 1979/1980;  
Diretor Adjunto de Controle da CESP – Cia. Energética de São Paulo - 1978/1979;  
Diretor Financeiro da Cia. Paulista de Força e Luz – 1975/1978;  
Consultor da Diretoria do Banco Auxiliar de São Paulo S.A. 1972/1975;  
Chefe da Divisão de Custos do Banco Itaú S.A. 1971/1972;  
Engenheiro da Divisão de Manufatura da FORD do Brasil S.A. 1967/1971.  
Atualmente é Membro do Conselho Fiscal da REDE Energia S.A. (atual denominação social de Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. e Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A.) e Conselheiro Curador da Fundação Aquarela.

### **ANNIBAL RIBEIRO DO VALLE FILHO**

Data de Nascimento: 30 de abril de 1951

É formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas, concluído em 1981.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2000. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

**MARCOS SIMAS PARENTONI**

Data de Nascimento: 31/05/1955

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Engenheiro Eletricista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. (1980 até o momento)

Atualmente exerce a função de Assistente do Diretor de Engenharia

**SÔNIA REGINA JUNG**

Data de Nascimento: 05/07/1950

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Advogada formada pelo Instituto Metodista Beneti

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Chefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia

Assistente da Diretoria de Engenharia da Eletrobrás

Assistente da Diretoria Financeira da Eletrobrás

a. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

**Resposta:** Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Resposta:** Não há.

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Resposta:** Não há.

**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor

**Resposta:** Não há.

- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Resposta:** Não há.

- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Resposta:** Não há.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

**Resposta:** Não há.

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Resposta:** Não há.

- b. controlador direto ou indireto do emissor

**Resposta:** Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**Resposta:** Não há.

#### 4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do  
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)  
(Valores expressos em reais)

#### 13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

**Resposta:** A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2010, a Companhia propõe o montante global de até R\$4.677.564,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

- (i) De até R\$661.104,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$544.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$117.104,00 referentes aos encargos.
- (ii) De até R\$3.792.500,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$1.000.000,00 correspondente à

remuneração variável, R\$100.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$692.500,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$223.960,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$185.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$38.960,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Resposta:**

A Companhia adota um modelo de remuneração composto por remuneração fixa mensal e remuneração variável de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia, além de benefícios, tais como, veículo, combustível, celular, garagem, check-up e assistência médica.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

**Resposta:**

Conselho de Administração: 14,13% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 11,63%

Encargos: 2,50%

Diretoria: 81,08% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 42,76%

Remuneração Variável: 21,39%

Benefícios: 2,13%

Encargos: 14,80%

Conselho Fiscal: 4,79% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 3,96%

Encargos: 0,83%

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

**Resposta:** Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

**Resposta:** A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

**Resposta:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

**Resposta:** Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

**Resposta:** A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**Resposta:** Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

**Resposta:** Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	296.000,00	1.813.924,76	129.000,00	2.238.924,76
Salário ou Pró-labore	296.000,00	1.559.033,76	129.000,00	1.984.033,76
Benefícios diretos e indiretos	-	254.891,00	-	254.891,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Bônus	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	296.000,00	2.294.603,80	139.750,00	2.730.353,80

Remuneração prevista para o Exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	544.000,00	2.100.000,00	185.000,00	2.829.000,00
Salário ou Pró-labore	544.000,00	2.000.000,00	185.000,00	
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	-	-
Bônus	-	1.000.000,00	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	544.000,00	3.100.000,00	185.000,00	3.829.000,00

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

<b>Remuneração prevista para o exercício social de 2010 (R\$)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios	-	-	-	-

sociais				
---------	--	--	--	--

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2009.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
	Companhia	ON	04	ON	0	ON
	PN "A"	08	PN "A"	0	PN "A"	01
Controlador Direto QMRA Participações S.A	ON	03	ON	0	ON	01
Controlador Indireto Rede Energia S.A	ON	7.995	ON	15	ON	05
	PN	765	PN	15	PN	0

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social

- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

<b>Planos de Previdência em Vigor</b>			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	01
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefícios Celpa Op e plano de Benefícios R
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	103.349,03
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	43.200,00
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	396.000,00	60.000,00	228.000,00

(\*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	25.800,00	25.800,00	25.800,00

**Em relação à Proposta para o Exercício de 2010 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

7 (*)	480.000,00	240.000,00	360.000,00
-------	------------	------------	------------

(\*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

### Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

**Resposta:** Não aplicável.

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	11,96%	82,39%	5.65%

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

**Resposta:** Não aplicável.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

<b>Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)</b>
--

<b>Controladora</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>REDE</b>				
Remuneração fixa	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>CEMAT</b>				
Remuneração fixa	420.000,00	-	92.520,00	512.520,00

<b>Empresa sob controle da REDE</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>ENERSUL</b>				
Remuneração fixa	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

**Resposta:** Não aplicável.